

A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: RISCOS ÀS COMUNIDADES DIRETAMENTE ATINGIDAS EM CABROBÓ (PE)/BRASIL

André Tomé de ASSIS

Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais
andretomeformiga@yahoo.com.br

Maria Aparecida dos Santos Tubaldini

Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais
ubaldini1@uol.com

Luciano Lourenço

Departamento de Geografia e CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
luciano@uc.pt

RESUMO

A transposição do rio São Francisco é uma obra sob a responsabilidade do Ministério da Integração do Brasil, que pretende diminuir os problemas da seca na região nordeste do país, retirando água da bacia do rio São Francisco e a transportando por canais artificiais. A obra tem sua previsão de inauguração para 2015; durante a realização das obras populações rurais diversas, como indígenas, quilombolas e pequenos produtores familiares tiveram suas terras cortadas pelas obras e reclamam das alterações causadas em seus espaços de vivência e do risco de não terem acesso a água devido a especulação em torno da compra das terras por pessoas de fora do lugar e a expectativa da implementação de empreendimentos agrícolas de grande porte, além do receio de que uma grande obra de transposição possa fragilizar o rio São Francisco. Baseando-se na fenomenologia como método e na perspectiva do lugar, é possível inserir que esta obra de transposição carece de diálogo entre a comunidade atingida e sua equipe gestora.

Palavras-chave: Transposição, Rio São Francisco, Lugar.

Introdução

O rio São Francisco é um dos principais rios do Brasil, na época da colonização foi caminho para que os colonizadores ocupassem o interior do país, sendo considerado hoje o rio da integração nacional. Ao longo do seu curso foram realizados diversos empreendimentos, de construção de usinas hidrelétricas a grandes projetos de irrigação.

Esses empreendimentos muitas vezes são interligados e transformaram e continuam transformando a realidade do rio, dos ribeirinhos, de pequenas e grandes cidades. Alguns projetos envolvem questões de magnitude nacional, num país que tem um tamanho continental.

O rio São Francisco nasce no centro-oeste do Estado de Minas Gerais, atravessa diversos Estados brasileiros e tem sua foz no oceano Atlântico. É o maior rio totalmente brasileiro, nasce numa região de clima tropical, com grande quantidade de chuvas e passa pelo sertão nordestino, com a realidade da seca. Ao longo da história da implantação de grandes empreendimentos na bacia do rio São Francisco houve grandes polêmicas.

O “Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional” é um grande empreendimento sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional do Brasil. A obra teria sua inauguração em 2015, onde seria assegurada a oferta de água em 2025, aos habitantes de municípios do Agreste e do Sertão dos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. (BRASIL, MI, O que é o projeto?, 2014).

As populações diretamente atingidas entendem o lugar onde elas vivem, e elas sabem trazer respostas para diversas questões. Historicamente no Brasil essas populações não são ouvidas de

forma correta no planejamento dos grandes empreendimentos, o que acarreta diversos problemas (ambientais, sociais, econômicos e culturais). A categoria Lugar na Geografia orienta para o recorte e a compreensão do espaço a ser analisado na voz dos moradores diretamente atingidos.

Segundo Coelho (2005) pode-se verificar análises equivocadas em torno da seca no nordeste, onde se apontam para vultuosos gastos de recursos públicos em benefício de grupos privilegiados. A retirada de água que acontece no rio São Francisco para outros programas, já estaria trazendo prejuízos e riscos para as populações ribeirinhas no curso natural do rio, e a água já não estaria sendo suficiente ou distribuída de forma regular. Haveria a falta de financiamento de projetos de irrigação para se utilizar terras cultiváveis no entorno do curso natural do rio São Francisco, e que em algumas dessas regiões já existe uma população carente que enfrenta graves problemas sociais, relacionados à seca. Ele diz da necessidade de revitalização do rio e a denúncia de que houve uma imposição do projeto, com violação da legislação.

Neste sentido, Castro (2011) também defende a necessidade de criação de programas de irrigação, tanto na bacia doadora quanto na receptora e uma revitalização do rio São Francisco que passaria por sérios problemas ambientais.

Esses dados já contrapõem os dados do Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2014) que afirma que a obra apresentava um baixo custo em relação ao que se teria de economia com os gastos no combate a seca e que a retirada de água do rio São Francisco seria de apenas 1 % do total de suas águas não afetando gravemente o rio.

Com o objetivo de entender a transposição do rio São Francisco na voz dos diretamente atingidos na zona rural de Cabrobó, Pernambuco, foram entrevistados moradores que indicaram riscos que os mesmos podem estar correndo, caso não sejam observadas suas reais carências em torno da transposição.

Os Índios Truká e o seu Lugar: Captação das Águas para a Transposição

É em Cabrobó (PE) que está sendo construído o primeiro ponto de captação das águas do rio São Francisco para a transposição. E é bem nas terras dos índios Truká que se faz essa captação.

As Terras Indígenas dos povos Truká, Tumbalalá, Pipipan e Kambiwá, por sua proximidade com as obras do Projeto São Francisco, principalmente nos municípios de Cabrobó e Floresta, em Pernambuco, estariam amparadas por medidas e ações que visam minimizar as interferências negativas das obras durante o período de construção, ações previstas num programa de desenvolvimento das comunidades indígenas. (BRASIL, MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (2014), Programa 12 de apoio aos povos indígenas).

Já o Conselho Indigenista Missionário (2009), explica que o Projeto da Transposição representa uma invasão aos territórios dos povos indígenas Truká e Pipipã, uma vez que os territórios foram ocupados por homens do Exército Brasileiro, interditando acessos dos índios a suas terras. Os depoimentos disponibilizados pelo conselho demonstram que o cacique da tribo Truká também considera que seu território, juntamente com o de outras comunidades foi invadido.

O Conselho Indigenista Missionário (2009) sintetiza na publicação do produzido relatório denuncia recomendações dos povos indígenas em relação à transposição. Considera que a análise da implantação do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco revela graves e sucessivas violações de direitos fundamentais reconhecidos aos Povos Indígenas em tratados internacionais e na própria Legislação Nacional, sobretudo na Convenção 169 da OIT e na Constituição Federal e recomenda ao Estado Brasileiro.

Os pequenos agricultores e os seus lugares de vivência cortados pelas obras da transposição
Existe um receio de que grande quantidade de água transposta possa ser encaminhada para grandes empreendimentos agrícolas, fazendo com que esses pequenos proprietários se tornem apenas mão de obra e não possuam mais acesso à terra.

O que se percebe é que realmente já existe uma especulação em torno da terra e muitos que perderam suas terras, já não conseguem comprar outras. Esses grandes empreendimentos podem como no caso do município vizinho, Petrolina, gerar empregos, mas em compensação, também pode gerar a expulsão de pequenos proprietários, como está acontecendo em Cabrobó.

Nas proximidades das margens do rio São Francisco e no lugar ocupado por um reservatório artificial da transposição: comunidades quilombolas

O espaço rural de Cabrobó é coberto por comunidades com tradições e culturas com características individuais, mas que possuem algo em comum, são pequenos produtores rurais. Ao longo do canal e das obras da transposição comunidades diferentes apontam problemas e necessidades em comum, porém elas possuem também especificidades nas suas características de grupo, que apontam para a necessidade de serem tratadas de forma específica.

Usando-se das teorias de Tuan (1983) entende-se o lugar através de um viés da psicologia onde o lugar possui características próprias que se distingue de outros lugares, pelas experiências vividas de seus habitantes e de seus sentimentos em relação ao lugar em que habitam.

Portanto, entende-se que ao longo de sua história, os índios, os pequenos produtores rurais e os quilombolas tiveram uma relação com especificidades de vida com a terra, uma relação que está relacionado ao sentimento particular de cada grupo, que possuem para com o lugar.

Todos eles com a transposição perdem um pouco do seu lugar, quando as obras da transposição ocupam fisicamente o lugar que é deles. Alguns foram reassentados, perdendo completamente o lugar que era deles, e agora passam pela reconstrução de um território, outros perderam parte deste lugar e lutam por suas questões e necessidades enquanto comunidades.

Os reassentados da Vila Junco

Segundo um entrevistado da vila, um grande reservatório para as águas que serão transpostas ocupou a terra onde eles moravam e plantavam. Sendo assim, eles foram realocados para a vila Junco, construída especificamente para eles. “Isso tudo por causa da transposição, porque lá na nossa comunidade, no Riacho Grande, será umas das bacias onde ficará o reservatório de água para irrigação”. Entrevistado X.

Segundo os moradores antes de serem realocados para a vila Junco, moravam na comunidade Riacho Grande, a comunidade deles tinha justamente este nome, por situar-se próximo ao riacho Grande. Com possibilidade de acesso à água conseguiam produzir naquela terra. Citam que tinham uma agricultura de subsistência, sustentável e de planejamento para a época da seca.

Atualmente se sentem desprovidos dessa capacidade de enfrentamento dos seus problemas pois não possuem acesso à terra e à água. Sobrevivem de uma espécie de mesada do governo (uma bolsa), um pequeno auxílio financeiro.

Segundo o Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2014) está previsto no projeto a entrega de um setor produtivo de no mínimo cinco hectares, sendo um irrigado. Destinado à produção agropecuária, um setor produtivo, que respeite a vocação de trabalho da comunidade.

Conclusão

As obras transposição do rio São Francisco geraram uma série de riscos sociais e ambientais aos moradores da zona rural do município de Cabrobó. Suas vozes merecem ser ouvidas, e ações devem ser colocadas em práticas pelos gestores das obras da transposição para amenizar tais riscos. Os moradores possuem apego e conhecimento acerca dos lugares que habitam, conhecimentos que merecem ser valorizados e que podem contribuir para ações concretas na transposição do rio São Francisco.

Bibliografia

- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. (2014) *O que é o projeto?*. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/pt/web/guest/o-que-e-o-projeto>>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- CASTRO, César Nunes de. (2011). *Impactos do projeto de transposição na agricultura irrigada no nordeste setentrional*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 39 p.
- CIMI, CONSELHO INDIGENISTA NACIONAL. (2009). *Povos indígenas do Nordeste impactados pela transposição do rio São Francisco*. Relatório Denúncia, 66 p. Disponível em http://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/1241549933_relataoinmetransp.pdf Acesso em: 10, janeiro, 2014.
- COELHO, Marco Antônio Tavares. (2005) *Os descaminhos do São Francisco*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 272 p.
- SOUTO, Paulo. (2001). *Transposições do Rio São Francisco: Um projeto sem sustentação*. Brasília, DF. Discurso pronunciado pelo Senador Paulo Souto no Plenário do Senado Federal em 03/04/2001, 26p.
- TUAN, Y. F. (1980). *Topofilia - Um estudo da percepção e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 288p.